

## SATON

### MP DA GRILAGEM

A oposição conseguiu impedir a votação da MP nº 910. A Confederação dos Trabalhadores Rurais defende que o debate sobre regularização fundiária e alienação de terras da União e do INCRA deve incluir toda sociedade.



### **COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

A justiça suspendeu a remoção de comunidades quilombolas da Base de Alcântara no Maranhão, até que seja cumprida uma reivindicação legal das 800 famílias: a consulta prévia, livre e informada, conforme determina a OIT.



## **NEGLIGÊNCIA NA PETROBRAS**

Negligência da Petrobras com proteção torna os trabalhadores mais vulneráveis à Covid-19. No Ceará, 42 dos 45 petroleiros foram infectados. Sindicato denuncia o descaso da estatal com a segurança.

## DRIVE THRU SOLIDÁRIO

ÁGUA, ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

TODO O MÊS DE MAIO, DAS 8H ÀS 18H NO ESTACIONAMENTO DO SINDICATO





FOTOS" DIVIJI GAÇÃO

Segundo informes oficiais do Ministério da Saúde, até 13 de maio, o Brasil registrou 188.974 casos da Covid-19. Desses, 13.149 pessoas morreram.

O presidente Jair Bolsonaro voltou a defender o fim da quarentena e o distanciamento apenas de pessoas dos grupos de riscos. Em seu discurso, em frente ao Palácio da Alvorada, disse: "Ficar em casa, para quem pode, legal, sem problema nenhum. Agora, para quem não tem condições, geladeira está vazia, três, quatro filhos chorando de fome, é desumano". E emendou: "Quem não quiser trabalhar que fique em casa. Ponto final".

Mas, afinal, qual o significado do distanciamento ou do isolamento social?

Manter as pessoas afastadas umas das outras pode impedir que o vírus se espalhe rapidamente, já que um doente pode infectar de 2 a 4 pessoas, em média. Devemos considerar, também, que a maioria da população não foi testada para o vírus, e não há como saber quem está infectado, capaz de contaminar outras pessoas. O distanciamento social/ isolamento social possibilita que a cadeia de infecção seja quebrada.

É justamente no discurso do presidente que reside a contradição entre quem está ou não preocupado, de fato, com o povo. Daí a pergunta: isso é loucura ou psicopatia?

Para entender essas fronteiras entre transtornos mentais, o psicanalista Joel Birman explica:

"A psicopatia não é uma loucura no sentido clássico, mas uma insanidade moral, um desvio de caráter de quem não tem como se retificar porque não sente culpa ou remorso". Os psicopatas são "autocentrados, agem com frieza e método". "Não têm empatia em relação ao outro, o que lhes interessa é o que lhes convém".

O QUE VOCÊ ACHA?



# ABC REGISTRA O MAIOR NÚMERO DE CASOS DE COVID-19 EM UM ÚNICO DIA

Os casos confirmados da Covid-19 na região chegaram a 3.240, com 309 mortes. Nas últimas 24h, foram 150 novos casos, recorde em um único dia, e 19 novas mortes.

A taxa de letalidade no ABC (9,5%) continua mais alta que no Estado de São Paulo (8,1%) e no país (7%). O total de casos tem dobrado a cada 10 dias e o de mortes, a cada nove dias.

O levantamento é da ABC Dados com base nas informações das sete prefeituras da região de ontem à noite.

No Estado de São Paulo, são 51.097 casos e 4.118 mortes pela doença. Entre os 433 municípios com registro do coronavírus no Estado, São Bernardo é o 3º com mais casos, Santo André é o 6º e Diadema é o 9º.

O Brasil registrou 188.974 casos e 13.149 óbitos. Foram 749 novos registros de mortes e 11.385 novos casos nas últimas 24h no balanço de ontem.

Os casos no mundo ultrapassaram 4,17 milhões e 287 mil mortes. Em relação ao dia anterior, são 81.577 novos casos e 4.245 novas mortes, de acordo com a OMS.





O governo Bolsonaro ainda não divulgou o calendário de pagamento da segunda parcela do Auxílio Emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais, aprovado pelo Congresso Nacional. No início de abril, o governo havia informado que a segunda parcela do auxílio emergencial seria repassada dias 27, 28, 29 e 30 do mesmo mês, mas o calendário ainda não foi divulgado.

O presidente até a tarde desta quinta-feira também não havia sancionado o Projeto de Lei aprovado pelo Senado no dia 22 de abril, o PL 873, que amplia o auxílio emergencial para que mais categorias de trabalhadores informais consigam sobreviver durante a pandemia do novo coronavírus, o prazo termina hoje.

Entre as novas categorias que poderiam receber o valor estão motoristas e entregadores de aplicativos, taxistas, motoristas de caminhão, babás, diaristas, garçons, profissionais de estética, artistas e agricultores familiares. Hoje o auxílio tem como objetivo ajudar na sobrevivência de microempreendedores individuais (MEIs), autônomos e trabalhadores intermitentes sem

emprego fixo, com mais de 18 anos e que não estejam recebendo benefícios previdenciários ou seguro-desemprego.

O diretor administrativo do Sindicato, Moisés Selerges, destaca que o valor de R\$ 600 foi uma conquista da oposição, já que o governo não queria pagar nada. "No início da pandemia, o governo não ia dar nada, depois de muita pressão dos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda, ofereceram R\$200. A nossa proposta era de R\$1.200 e o que passou foram os R\$600. Esse benefício não veio porque o governo pensa que o pobre deve ser ajudado, veio por pressão. E quando se consegue isso, o que se vê são filas enormes na Caixa Econômica Federal. O cidadão tem direito, mas não tem acesso, não consegue receber".

O dirigente destacou ainda que, enquanto o governo cria dificuldades para as pessoas que mais precisam, libera com facilidade dinheiro para militares e bancos. "Porque os militares pegaram esse dinheiro, que erro foi esse? Lembrando também que para os bancos, o governo deu dinheiro rapidinho. Pro banco é rápido, já o pobre tem que ficar debaixo do sol e chuva para receber um dinheiro que o governo nem queria dar".

Após denúncia da imprensa, no início desta semana, o Ministério da Defesa informou que 73.242 militares das Forças Armadas, incluindo ativos, inativos, de carreira e temporários, pensionistas, dependentes e anistiados receberam indevidamente o auxílio emergencial de R\$ 600. Em março o Banco Central anunciou ajuda de R\$ 1,216 trilhão para o mercado financeiro.

Moisés finaliza lembrando que é obrigação do Estado cuidar da população em uma situação de pandemia. "O Estado deve garantir que o trabalhador fique em casa e possa pagar as contas e ter acesso a alimentação, deve dar crédito para que as pequenas e micro empresas tenham capital de giro e não demitam os trabalhadores. A sociedade tem que fazer pressão, é um direito, o Estado tem que ter responsabilidade sobre as pessoas e não incentivar que todos voltem ao trabalho para aquecer a economia colocando tantas vidas em risco".





## SINDICATO DEFENDE REINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL EM DEBATE SOBRE MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho diante do coronavírus, a crise no país antes da pandemia, as propostas de fortalecimento da indústria, a reconversão industrial e os desafios no pós-pandemia foram alguns temas abordados na live organizada ontem pelo Sindicato e Conjuscs (Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano).

O diretor executivo dos Metalúrgicos do ABC, Wellington Messias Damasceno, ressaltou que a crise no Brasil já vinha de antes da pandemia. "As refor-

mas, como a Trabalhista e da Previdência, já tinham agravado o empobrecimento das famílias, com mercado consumidor interno fraco e, antes da pandemia, o Sindicato já vinha defendendo o fortalecimento da indústria, com empregos e direitos aos trabalhadores, e propondo medidas de reconversão industrial como saída para a desindustrialização do país", explicou.

"Agora o mundo está reorganizando suas cadeias de produção, internalizando parte das produções, sobretudo, as estratégicas. A preocupação é o Brasil ficar de fora disso. O

país precisa fazer esse movimento em defesa da reindustrialização, fortalecer a indústria em áreas estratégicas, fazer investimentos em inovação. Um país do tamanho do Brasil não sobrevive sem indústria forte e não haverá a retomada dos setores de comércio e serviços", alertou.

"Além disso, há a necessidade de articulação entre poder público, sindicatos, associações empresariais e universidades para fazer um grande acordo nacional que valorize a indústria, a defesa de direitos e renda e aponte novos caminhos", defendeu.

A mediação do debate foi feita pela cientista do trabalho Vânia Viana e pesquisadora convidada do Conjuscs.

O professor da USCS e coordenador do Conjuscs, Jefferson José da Conceição, reforçou que a crise é agravada no caso brasileiro, já que antes, em janeiro, já havia 12 milhões de desempregados, 16 milhões sem carteira assinada e 24,4 milhões trabalhando por conta própria.

"É uma vulnerabilidade gigantesca de mais de 50 milhões de brasileiros no mercado de trabalho sem proteção. Essa é a crise mais grave que a nossa geração já passou e vai passar. No mundo inteiro ela pega a classe trabalhadora precarizada, sendo ainda mais grave no caso brasileiro, com a sociedade empobrecida nos últimos anos e um governo que não coordena o processo, ao contrário, cria mensagens confusas", disse.

A técnica do Dieese na Contraf-CUT, Bárbara Vallejos, falou sobre o setor financeiro que, mesmo com as tentativas de destruição pelo argumento liberal, os bancos públicos, Caixa, Banco do Brasil e BNDES, se mostram fundamentais.

"O processo de distribuição do benefício emergencial atingiu 50 milhões de brasileiros pela Caixa e escancarou a necessidade urgente de bancarização da população, sendo que 40% não têm conta em banco e 30% sequer têm acesso à internet. Essa transferência de renda pelos bancos públicos será muito importante para salvar os dias atuais ao garantir

um pouco de respiro para a economia reprimida e com a demanda bastante paralisada", explicou.

O diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Jr., destacou a atuação das centrais sindicais e sindicatos ao propor medidas para combater a crise.

"No dia 16 de março, há quase dois meses, o movimento sindical entregou para a presidência da Câmara e do Senado um conjunto de propostas para o enfrentamento da crise. Boa parte do que foi implementado no país se deu a partir dessas propostas, o próprio auxílio emergencial, inclusive a possibilidade de chegar a R\$ 1.200 por família, foi proposto pelas centrais, preocupadas com o conjunto de trabalhadores na informalidade", relembrou.





### ARTE' ROGÉRIO RREGAIDA

## TIRAR DA RETA É CONFISSÃO DE CULPA

Um dos maiores problemas deste país é a impunidade, mas não a impunidade do ladrão de farol ou daqueles que cometem crimes contra outras pessoas. As cadeias vivem superlotadas de pessoas que cometeram crimes e estão sendo punidas por eles.

É fato também que as polícias não estão aparelhadas para investigar nem para descobrir quem são os autores de crimes cometidos, como homicídios e roubos, por exemplo. Falta estrutura para essas organizações de segurança cumprirem seu papel.

Estou falando aqui é da impunidade política, daqueles que deveriam ter em suas mãos a responsabilidade de cuidar daquilo que é público, mas o fazem de forma irresponsável, alguns de maneira dolosa, buscando proveito próprio daquilo que é público. O país está cheio de exemplos nesse sentido.

Estamos agora em meio à pandemia assistindo horrorizados empresários e governantes serem presos por corrupção na compra de equipamentos de combate à Covid-19 e soltos para responder ao processo em liberdade. Isso é a impunidade que detona este país, há 500 anos, onde os moradores da Casa Grande nunca foram responsabilizados por seus crimes. Impunidade na saúde, na educação, na segurança, para aqueles que usurpam do poder público.

E agora assistimos o que nos deixa ainda mais incrédulos, um presidente, um governo federal, emitir a Medida Provisória 966, institucionalizando e legalizando a impunidade, dizendo que os detentores de cargos públicos não responderão nem civil nem administrativamente pelo dolo, pelo mal causado pela má administração no combate à pandemia. Essa MP dá o direito para aqueles que estão hoje superfaturando hospitais de campanha e a compra de respiradores de saírem ilesos.

Mas por detrás dela o que existe, de fato, é a verdadeira confissão de culpa do presidente da República que emitiu essa MP. É confissão de culpa porque sabe que está cometendo crimes contra a população, sabe que está errando no combate à pandemia e sabe que suas ações estão provocando mortes neste país.

Não tivemos notícias de nenhum atual governante no mundo que tenha tido tamanha ousadia de se proteger dessa forma de seus erros, incapacidades e incompetências realizadas durante a condução das ações na pandemia. Esperamos que o STF (Supremo Tribunal Federal) se pronuncie rapidamente em relação à inconstitucionalidade dessa medida.







**Sede - São Bernardo** Rua João Basso, 231 – Centro **CEP:** 09721-100 – **Tel:** 4128-4200 Regional Diadema Av. Encarnação, 290 – Piraporinha CEP: 09960-010 – Tel: 4061-1040 Regional Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra Rua Felipe Sabbag, 149 – Centro – Ribeirão Pires CEP: 09400-130 – Tel: 4823-6898



/SMABC

@SMABC



POR CONTA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS, A TRIBUNA IMPRESSA ESTÁ SUSPENSA POR TEMPO INDETERMINADO.

Diretor Responsável: Aroaldo Oliveira da Silva. | Repórteres: Luciana Yamashita e Olga Defavari. | Arte e Diagramação: Rogério Bregaida Jr.